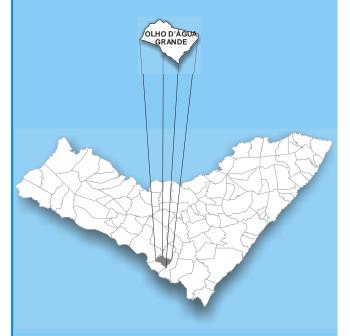
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E

TRANSFORMAÇÃO MINERAL

O CPRM - SERVIÇO GEOLÓ GIC O DO BRASIL
PRODEM - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO
ENERGÉTICO DOS ESTADOS EM UN CÍPICS



PROJETO CADASTRO DE FONTES DE ABASTECIMENTO POR ÁGUA SUBTERRÂNEA

ALAGOAS



DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA GRANDE



Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético

Ministério de Minas e Energia



Agosto/2005

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA Silas Rondeau Cavalcante Silva Ministro de Estado

SECRETARIA EXECUTIVA Nelson José Hubner Moreira Secretário Executivo

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO Márcio Pereira Zimmermam Secretário

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL Cláudio Scliar Secretário

PROGRAMA LUZ PARA TODOS

Auréio Pavão

Diretor

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ENERG ÉTICO DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS PRODEEM Luiz Carlos Vieira Diretor

SERVI CO GEOL ÓGICO DO BRASIL - CPRM

Agamenon Sérgio Lucas Dantas Diretor-Presidente

José Ribeiro Mendes Diretor de Hidrologia e Gestão Territorial

Manoel Barretto da Rocha Neto Diretor de Geologia e Recursos Minerais

Ávaro Rogério Alencar Silva Diretor de Administração e Finanças

Fernando Pereira de Carvalho Diretor de Relações Institucionais e Desenvolvimento

Frederico Cláudio Peixinho Chefe do Departamento de Hidrologia

Fernando Antonio Carneiro Feitosa Chefe da Divisão de Hidrogeologia e Exploração

Ivanaldo Vieira Gomes da Costa Superintendente Regional de Salvador

José Wilson de Castro Temáteo Superintendente Regional de Recife

Hábio Pereira
Superintendente Regional de Belo Horizonte

Darlan Filgueira Maciel Chefe da Residência de Fortaleza

Francisco Batista Teixeira Chefe da Residência Especial de Teresina Ministério de Minas e Energia
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético
Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral
Programa Luz Para Todos
Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Muniá pios - PRODEEM
Serviço Geológico do Brasil - CPRM
Diretoria de Hidrologia e Gestão Territorial

PROJETO CADASTRO DE FONTES DE ABASTECIMENTO POR ÁGUA SUBTERRÂNEA ESTADO DE ALAGOAS

DIAGNÓSTICO DO MUNIÓ PIO DE OLHO D ÁGUA GRANDE

ORGANIZAÇÃO DO TEXTO

João de Castro Mascarenhas Breno Augusto Beltrão Luiz Carlos de Souza Junior

> Recife Agosto/2005

COORDENA ÇÃO GERAL

Frederico Claudio Peixinho - DEHID

COORDENA CÃO TÉCNICA

Fernando Antânio C. Feitosa - DIHEXP

COORDENA ÇÃO ADMINISTRATIVO-**FINANCEIRA**

JoséEmílio C. de Oliveira - DIHEXP

APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Sara Maria Pinotti Benvenuti-DIHEXP

COORDENA CAO REGIONAL

Jaime Quintas dos S. Colares - REFO Francisco C. Lages C. Filho - RESTE João Alfredo C. L. Neves - SUREG-RE João de Castro Mascarenhas -SUREG-RE Jos é Alberto Ribeiro - REFO Jos é Carlos da Silva - SUREG-RE Luiz Fernando C. Bomfim - SUREG-SA Oderson A. de Souza Filho - REFO

EQUIPE TÉCNICA DE CAMPO

SUREG-RE

Ari Teixeira de Oliveira Breno Augusto Beltrão Cícero Alves Ferreira Cristiano de Andrade Amaral Dunaldson Eliezer G. A. da Rocha Franklin de Moraes Frederico José Campelo de Souza Jardo Caetano dos Santos João de Castro Mascarenhas Jorge Luiz Fortunato de Miranda José Wilson de Castro Temoteo Luiz Carlos de Souza Júnior Manoel Julio da Trindade G. Galvão Saulo de Tarso Monteiro Pires Ségio Monthezuma Santoianni Guerra Simeones Néri Pereira Valdecílio Galvão Duarte de Carvalho Vanildo Almeida Mendes

SUREG-SA

Edmilson de Souza Rosas Edvaldo Lima Mota Hermínio Brasil Vilaverde Lopes João Cardoso Ribeiro M. Filho Jos é Cláudio Viegas Luis Henrique Monteiro Pereira Pedro Antânio de Almeida Couto Vânia Passos Borges

SUREG-BH

Angélica Garcia Soares Eduardo Jorge Machado Simões Ely Soares de Oliveira Haroldo Santos Viana Reynaldo Murilo D. Alves de Brito

REFO

Ângelo Trévia Vieira Felicíssimo Melo Francisco Alves Pessoa Jáder Parente Filho Jos é Roberto de Carvalho Gomes Liano Silva Veríssimo Luiz da Silva Coelho Robério B do de Aguiar

RESTE

Antonio Reinaldo Soares Filho Carlos Antônio Luz Cipriano Gomes Oliveira Heinz Alfredo Trein Ney Gonzaga de Souza

EM DESTAQUE

Almir Ara ýo Pacheco- SUREG-BE Ana Cláudia Vieiro – SUREG-PA Bráulio Robério Caye - SUREG-PA Carlos J. B. Aguiar - SUREG-MA Geraldo de B. Pimentel -SUREG-PA Paulo Pontes Ara ýo - SUREG-BE Tomás Edson Vasconcelos - SUREG-GO

RECENSEADORES

Acácio Ferreira Júnior Adriana de Jesus Felipe Alerson Falieri Suarez Almir Gomes Freire -CPRM Ângela Aparecida Pezzuti Antonio Celso R. de Melo - CPRM Antonio Edílson Pereira de Souza Antonio Jean Fontenele Menezes Antonio Manoel Marciano Souza Antonio Marques Honorato Armando Arruda C. Filho - CPRM Carlos A. Gées de Almeida - CPRM Celso Viana Marciel Cícero Renéde Souza Barbosa Cláudio Marcio Fonseca Vilhena Claudionor de Figueiredo Cleiton Pierre da Silva Viana Cristiano Alves da Silva Edivaldo Fateicha - CPRM Eduardo Benevides de Freitas Eduardo Fortes Crisóstomos Eliomar Coutinho Barreto Emanuelly de Almeida Le ão Emerson Garret Menor Emicles Pereira C. de Souza Érika Peconnick Ventura Erval Manoel Linden - CPRM Ewerton Torres de Melo Fábio de Andrade Lima Fábio de Souza Pereira Fábio Luiz Santos Faria Francisco Augusto A. Lima Francisco Edson Alves Rodrigues Francisco Ivanir Medeiros da Silva Francisco José Vasconcelos Souza Francisco Lima Aguiar Junior Francisco Pereira da Silva - CPRM Frederico Antonio Araúo Meneses Geancarlo da Costa Viana Genivaldo Ferreira de Ara ýo Gustavo Lira Meyer Haroldo Brito de Sá Henrique Cristiano C. Alencar Jamile de Souza Ferreira Jaqueline Almeida de Souza Jefté Rocha Holanda João Carlos Fernandes Cunha João Luis Alves da Silva Joelza de Lima Enéas Jorge Hamilton Quidute Goes Jos é Carlos Lopes - CPRM Joselito Santiago Lima Josemar Moura Bezerril Junior Julio Vale de Oliveira Kênia Nogueira Di ágenes Marcos Auréio C. de Gás Filho Matheus Medeiros Mendes Carneiro Michel Pinheiro Rocha Narcelya da Silva Ara űo Nicácia Débora da Silva Oscar Rodrigues Acioly Júnior Paula Francinete da Silveira Baia Paulo Eduardo Melo Costa Paulo Fernando Rodrigues Galindo Pedro Hermano Barreto Magalh ães Raimundo Correa da Silva Neto Ramiro Francisco Bezerra Santos Raul Frota Gon calves

Saulo Moreira de Andrade -CPRM Sérvulo Fernandez Cunha Thiago de Menezes Freire Valdirene Carneiro Albuquerque Vicente Calixto Duarte Neto - CPRM Vilmar Souza Leal -CPRM Wagner Ricardo R. de Alkimim Walter Lopes de Moraes Junior

TEXTO

ORGANIZA ÇÃO

Breno Augusto Beltrão João de Castro Mascarenhas Luiz Carlos de Souza Junior

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICIPIO E DIAGN ÓSTICO DOS PO COS CADASTRADOS

Breno Augusto Beltrão Frederico José Campelo de Souza Jardo Caetano dos Santos João de Castro Mascarenhas Luiz Carlos de Souza Júnios

ASPECTOS SOCIOECON ÔMICOS

Breno Augusto Beltrão Liliane Assunção Serra Ramos Campos Maria Lúcia Acioli Beltrão

FIGURAS ILUSTRATIVAS

Aloízio da Silva Leal Fabiane de Andrade Lima Amorim Albino Jaqueline Pontes de Lima Núbia Chaves Guerra Waldir Duarte Costa Filho

MAPAS DE PONTOS D'ÁGUA

Robson de Carlo Silva Fabiane de Andrade Lima Amorim Albino

BANCO DE DADOS

Desenvolvimento dos Sistemas

Josias Barbosa de Lima Ricardo César Bustillos Villafan

Coordena ção

Francisco Edson Mendonca Gomes

Administra ção

Eriveldo da Silva Mendonça

Consistência

Breno Augusto Beltrão

EDITORA ÇÃO ELETR ÔNICA

Aline Oliveira de Lima Fabiane de Andrade Lima Amorim Albino Jaqueline Pontes de Lima

SUPORTE TÉCNICO DE EDITORA ÇÃO

Claudio Scheid José Pessoa Veiga Junior Manoel Júio da T. Gomes Galvão Roberto Batista dos Santos

ANALISTA DE INFORMAÇÕES

Dalvanise da Rocha S. Bezerril

CPRM - Serviço Geológico do Brasil

Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de Olho D' Água Grande, estado de Alagoas/ Organizado [por] João de Castro Mascarenhas, Breno Augusto Beltrão, Luiz Carlos de Souza Junior. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

13 p. + anexos

"Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea, estado

1. Hidrogeologia - Alagoas - Cadastros. 2. Água subterrânea - Alagoas -Cadastros. I. Mascarenhas, João de Castro org. II. Beltrão, Breno Augusto org. III. Souza Júnior, Luiz Carlos de org. I. Título.

CDD 551.49098135

A CPRM – Serviço Geológico do Brasil, cuja missão é gerar e difundir conhecimento geológico e hidrológico básico para o desenvolvimento sustentável do Brasil, desenvolve no Nordeste brasileiro, para o Ministério de Minas e Energia, ações visando o aumento da oferta hídrica, que estão inseridas no Programa de Água Subterrânea para a Região Nordeste, em sintonia com os programas do governo federal.

Executado por intermédio da Diretoria de Hidrologia e Gestão Territorial, desde o iní cio o programa é orientado para uma filosofia de trabalho participativa e interdisciplinar e, atualmente, para fomentar ações direcionadas para inclusão social e redução das desigualdades sociais, priorizando ações integradas com outras instituições, visando assegurar a ampliação dos recursos naturais e, em particular, dos recursos hí dricos subterrâneos, de forma compatí vel com as demandas da região nordestina.

É neste contexto que está sendo executado o Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea, localizado no semi-árido do Nordeste, que engloba os estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraí ba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, norte de Minas Gerais e do Espí rito Santo. Embora com múltiplas finalidades, este projeto visa atender diretamente as necessidades do PRODEEM, no que se refere à indicação de poços tubulares em condições de receber sistemas de bombeamento por energia solar.

Assim, esta contribuição técnica de significado alcance social do Ministério de Minas e Energia, em parceria com a Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral e com o Serviço Geológico do Brasil, servirá para dar suporte aos programas de desenvolvimento da região, com informações consistentes e atualizadas e, sobretudo, dará subsí dios ao Programa Fome Zero, no tocante às ações efetivas para o abastecimento público e ao combate à fome das comunidades sertanejas do semi-árido nordestino.

José Ribeiro Mendes Diretor de Hidrologia e Gestão Territorial CPRM – Serviço Geológico do Brasil

APRESENTAÇÃO

- 1. INTRODUÇÃO
- 2. ÁREA DE ABRANGÊNCIA
- 3. METODOLOGIA
- 4. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍ PIO DE OLHO D' ÁGUA GRANDE
 - 4.1 LOCALIZAÇÃO E ACESSO
 - 4.2 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS
 - 4.3 ASPECTOS FISIOGRÁFICOS
 - 4.4 GEOLOGIA
- 5. RECURSOS HÍ DRICOS
 - **5.1 -** ÁGUAS SUPERFICIAIS
 - 5.2 ÁGUAS SUBTERRÂNEAS
 - 5.2.1 DOMÍ NIOS HIDROGEOLÓGICOS
- 6. DIAGNÓSTICO DOS POÇOS CADASTRADOS
 - **6.1 ASPECTOS QUALITATIVOS**
- 7. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES
- 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANEXOS

- 1 PLANILHAS DE DADOS DAS FONTES DE ABASTECIMENTO
- 2 MAPA DE PONTOS DE ÁGUA
- 3 ARQUIVO DIGITAL CD ROM

1. INTRODU ÇÃO

O Polígono das Secas apresenta um regime pluviom étrico marcado por extrema irregularidade de chuvas, no tempo e no espaço. Nesse cenário, a escassez de água constitui um forte entrave ao desenvolvimento socioecon ômico e, até mesmo, à subsistência da população. A ocorrência cíclica das secas e seus efeitos catastráticos são por demais conhecidos e remontam aos primádios da histária do Brasil.

Esse quadro de escassez poderia ser modificado em determinadas regiões, através de uma gestão integrada dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos. Entretanto, a carência de estudos de abrangência regional, fundamentais para a avaliação da ocorrência e da potencialidade desses recursos, reduz substancialmente as possibilidades de seu manejo, inviabilizando uma gestão eficiente. Além disso, as decisões sobre a implementação de ações de convivência com a seca exigem o conhecimento básico sobre a localização, caracterização e disponibilidade das fontes de água superficiais e subterrâneas.

Para um efetivo gerenciamento dos recursos hídricos, principalmente num contexto emergencial, como é o caso das secas, merece atenção a utilização das fontes de abastecimento de água subterrânea, pois esse recurso pode tornar-se significativo no suprimento hídrico da população e dos rebanhos. Neste sentido, um fato preocupante é o desconhecimento generalizado, em todos os setores, tanto do número quanto da situação das captações existentes, fato este agravado quando se observa a grande quantidade de captações de água subterrânea no semi-árido, principalmente em rochas cristalinas, desativadas e/ou abandonadas por problemas de pequena monta, em muitos casos passíveis de serem solucionados com ações corretivas de baixo custo.

Para suprir as necessidades das instituições e demais segmentos da sociedade atuantes na região nordestina, no atendimento à população quanto à garantia de oferta hídrica, principalmente nos momentos críticos de estiagem, a CPRM está executando o *Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea* em consonância com as diretrizes do Governo Federal e dos prop citos apresentados pelo Ministério de Minas e Energia.

Este Projeto tem como objetivo a realização do cadastro de todos os pogos tubulares, pogos amazonas representativos e fontes naturais, em uma área de 722.000 km² da região Nordeste do Brasil, excetuando-se as áreas urbanas das regiões metropolitanas.

2. ÁREA DE ABRANGÊNCIA

A área de abrangência do projeto de cadastramento (figura 1) estende-se pelos estados do Piauí, Ceará Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo.



Figura 1 – Área de abrangência do Projeto

3. METODOLOGIA

O planejamento operacional para a realização desse projeto teve como base a experiência da CPRM nos projetos de cadastramento de poços dos estados do Ceará e Sergipe, executados com sucesso em 1998 e 2001, respectivamente.

Os trabalhos de campo foram executados por microrregião, com áreas variando de 15.000 a 25.000 km². Cada área foi levantada por uma equipe coordenada por dois técnicos da CPRM e composta, em média, de seis recenseadores, na maioria estudantes de nível superior dos cursos de Geologia e Geografia, selecionados e treinados pela CPRM.

O trabalho contemplou o cadastramento das fontes de abastecimento por água subterrânea (po ço tubular, po ço escavado e fonte natural), com determinação das coordenadas geográficas pelo uso do *Global Positioning System* (GPS) e obtenção de todas as informações passíveis de serem coletadas através de uma visita técnica (caracterização do poço, instalações, situação da captação, dados operacionais, qualidade da água, uso da água e aspectos ambientais, geológicos e hidrológicos).

Os dados coletados foram repassados sistematicamente a Divisão de Hidrogeologia e Exploração da CPRM, em Fortaleza, para, após rigorosa anáise, alimentarem um banco de dados. Esses dados, devidamente consistidos e tratados, possibilitaram a elaboração de um mapa de pontos d'água, de cada um dos municípios inseridos na área de atuação do Projeto, cujas informações são complementadas por esta nota explicativa, visando um fácil manuseio e compreensão acessível a diferentes usu ários.

Na elaboração dos mapas de pontos d'água, foram utilizados como base cartogrática os mapas municipais estatísticos em formato digital do IBGE (Censo 2000), elaborados a partir das cartas topográticas da SUDENE e DSG – escala 1:100.000, sobre os quais foram colocados os dados referentes aos poços e fontes naturais contidos no banco de dados. Os trabalhos de arte final e impressão dos mapas foram realizados com o aplicativo *CorelDraw*. A base estadual com os limites municipais foi cedida pelo IBGE. O mapa de pontos d'água foi gerado a partir da Base Cartogrática Digital do Estado de Alagoas, cedida pela Secretaria Executiva de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Naturais – SEMARHN.

Há municípios em que ocorrem alguns casos de poços plotados fora dos limites do mapa municipal. Tais casos ocorrem devido à imprecisão nos traçados desses limites, seja pela pequena escala do mapa fonte utilizado no banco de dados (1:250.000), seja por problemas ainda existentes na cartografia estadual, ou talvez devido a informações incorretas prestadas aos recenseadores ou, simplesmente, erro na obtenção das coordenadas.

Além desse produto impresso, todas as informações coligidas estão disponíveis em meio digital, através de um CD ROM, permitindo a sua contínua atualização.

4. CARACTERIZA ÇÃO DO MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA GRANDE

4.1 - Localização e Acesso

O município de **Olho D' Água Grande** está localizado na região centro-sul do Estado de Alagoas, limitando-se a norte com o município de Campo Grande, a sul com São Brás e Porto Real do Col égio, a leste com Porto Real do Col égio e a oeste com Traipu. A área municipal ocupa 118,48 km² (0,43% de AL), inserida na meso-região do Agreste Alagoano e na micro-região de Traipu, predominantemente na Folha Propriá (SC.24-Z-B-II), na escala 1:100.000, editada pelo MINTER/SUDENE em 1994.

A sede do município tem uma altitude de aproximadamente 118 m e coordenadas geográficas de 10°03'30,0" de latitude sul e 36°49'00,0" de longitude oeste.

O acesso a partir de Maceió é feito através das rodovias pavimentadas BR-316, BR-101, AL-220, AL-115 e mais 14 km em piçarra, com percurso total em torno de 183 km (figura 2).

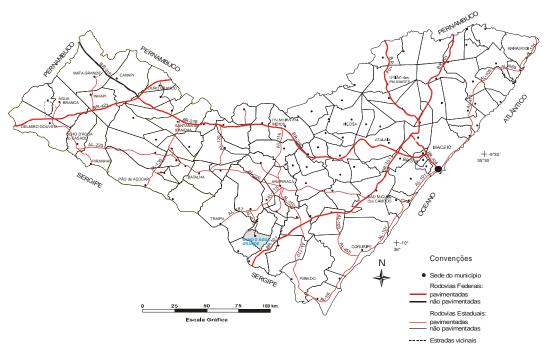


Figura 2 - Mapa de acesso rodoviário

4.2 - Aspectos Socioecon âmicos

O município foi criado em 1962, desmembrado de São Brás.

Segundo o censo 2000 do IBGE, a população total residente é de 4.847 habitantes, dos quais 2.441 do sexo masculino (50,40%) e 2.406 do sexo feminino (49,60%). São 1.077 os habitantes da zona urbana (22,20%) e 3.770 os da zona rural (77,80%).

A densidade demográfica é de 40,91 hab/km².

A rede pública de sa úde não dispõe de hospital, tendo apenas 05 Unidades Ambulatoriais, 04 Postos de Sa úde e 01 Centro de Sa úde. Não existem consultórios médicos ou odontológicos registrados no município.

Na área educacional, são 15 escolas de ensino préescolar, com 151 alunos matriculados e 23 escolas de ensino fundamental, com 1.423 alunos matriculados. Não há ensino médio no município. No município, existem 1.791 habitantes alfabetizados com idades acima de 10 anos (36,90% da população).

Existem 6.578 eleitores cadastrados no município (72,00% da população).

No município existem 1.038 domicílios particulares permanentes, dos quais 458 (44,10%) possuem banheiro ou sanitário e destes, nenhum possui banheiro e esgotamento sanitário via rede geral. Cerca de 371 (35,70%) são abastecidos pela rede geral de água, enquanto que 156 (15,00%) são abastecidos por poço ou nascente e 511 utilizam outras formas de abastecimento (49,20%). Apenas 159 (15,30%) domicílios são atendidos pela coleta de lixo, evidenciando a existência de uma fonte de sários problemas ambientais e de saúde pública para a população.

Existe 01 agência dos Correios no município. Não háinfra-estrutura bancária.

O PIB de Olho D' Água Grande foi de U\$ 2.564.997,00 e o PIB per capita foi de U\$ 570,00 em 1998. O FPM = R\$ 1.275.321,71, o ITR = R\$ 551,79 e o Fundef = 438.426,41 (Anu ário Estatístico de Alagoas -2001). O sal ário médio mensal éde R\$ 782,77 (301% do sal ário mínimo nacional)

As principais atividades econômicas do município são: Comércio, serviços e agropecuária. Atualmente conta com 03 empresas com CNPJ, atuantes (1998), ocupando 03 pessoas (0,06% da população).

Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea Diagnóstico do Municí pio de Olho D' Água Grande Estado de Alagoas

Na área de pecuária, conta com os seguintes rebanhos (cabeças): bovinos -7.917; suínos -452; eqünos -500; asininos -56; muares -50; caprinos -98; ovinos -466, aves -9.498. A produção leiteira é de 398.000 litros, a de ovos de galinha -11.000 dúzias.

Na área agrícola: Coco-da-baía -05 ha (7.000 frutos); Laranja -02 ha (94.000 furtos); Manga -04 ha (99.000 frutos), Algodão -05 ha (02 t), Arroz -08 ha (12 t); Feijão -450 ha (140 t), Fumo -11 ha (12 t), Mandioca -253 ha (1.178 t) e Milho -478 ha (172 t).

O Extrativismo produz 04 t de cavão vegetal e 360 m³ de lenha..

No ranking de desenvolvimento, **Olho D' Água Grande** está em 85º lugar no estado (85/101 municípios) e em 5.349º lugar no Brasil (5.349/5.561 municípios) (www.desenvolvimentomunicipal.com.br).

4.3 Aspectos Fisiográficos

O relevo de **Olho Dágua Grande** faz parte da unidade das *Superfícies Retrabalhadas* que é formada por áreas que têm sofrido retrabalhamento intenso, com relevo bastante dissecado e vales profundos. Na região litorânea de Pernambuco e Alagoas, é formada pelo "mar de morros" que antecedem a Chapada da Borborema, com solos pobres e vegetação de *Floresta Hipoxeráila*

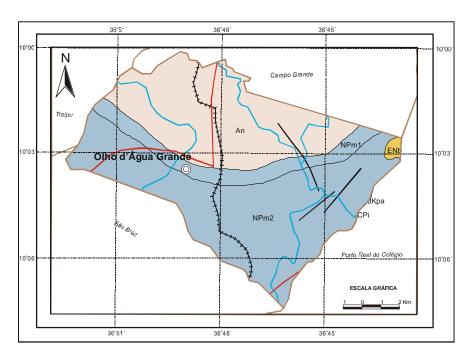
O clima é do tipo *Tropical Chuvoso* com verão seco. O período chuvoso começa no outono/inverno tendo início em dezembro/janeiro e término em setembro. A precipitação média anual é de 1.128,6mm.

A vegetação é predominantemente do tipo *Floresta Caducif dia*, com partes de *Floresta Hipoxer dila*..

Os solos dessa unidade geoambiental são representados pelos *Latossolos* nas baixas vertentes, sendo pouco profundos e com problema de sais; ainda pelos *Planossolos* e *Brunos não cálcicos* nos baixios ondulados, sendo rasos e de boa fertilidade; pelas Areias nos topos planos de ondulação, sendo excessivamente drenados; pelos solos *Litálicos* nos cristais residuais e *Solos Aluviais* nos fundos de vales estreitos.

4.4 Geologia

- O município de **Olho D' Água Grande** encontra-se geologicamente inserido na Província Borborema, representada pelos litátipos do Complexo Nicolau/Campo Grande e dos grupos Macurur é e Barreiras (Figura 3).
- O Complexo Nicolau/Campo Grande (An), ocorre a NE e NW da área e engloba xistos, gnaisses, mármores, BIF, metamáticas e metaultramáticas.
- O Grupo Macururé-Formação Santa Cruz (NPm1), ocorre a NE e NW da área e está representado por quartzitos.
- O Grupo Macurur é Formação Santa Cruz (NPm2), aflora a NE, SE e SW, ocupando aproximadamente 60% da área, sendo representado por micaxistos granatíferos.
- O Grupo Barreiras (ENb), ocorre no extremo NE da área, constituído por arenitos, arenitos conglomeráticos com intercalações de siltitos e argilitos.



CONVENÇÕES GEOLÓGICAS

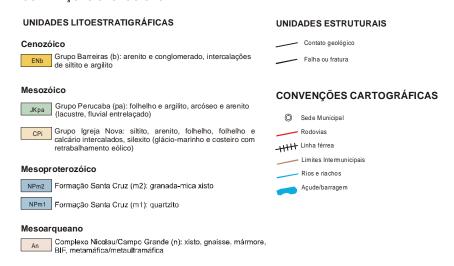


Figura 3 - Mapa Geológico

5. RECURSOS HÍDRICOS

5.1 - Águas Superficiais

O município de **Olho d' Água Grande** está inserido na bacia hidrográfica do Rio São Francisco, sendo banhado pelas sub-bacias dos rios Tibiri e Itinha, al ém do Riacho Grande, o padrão de drenagem predominante é o dendrítico e com sentido preferencial NNE-SSW. O sistema fluvial deságua no Rio São Francisco.

5.2 - Águas Subterrâneas

5.2.1 - Domínios Hidrogeológicos

A área do município em estudo está inserida no Domínio Hidrogeol ágico Fissural: Subdomínio Rochas Metam áficas: caracterizado por rochas do embasamento cristalino regionalmente representadas por granulitos do Grupo Girau do Ponciano e pelos complexos gnaíssico-migmatítico e migmatítico granítico (Arqueano), rochas vulcano-sedimentares, compostas por quartzitos, micaxistos, gnaissese metavulcânicas diversas do Grupo Macururé e ortognaisses (Proterozáco). Figura 4.

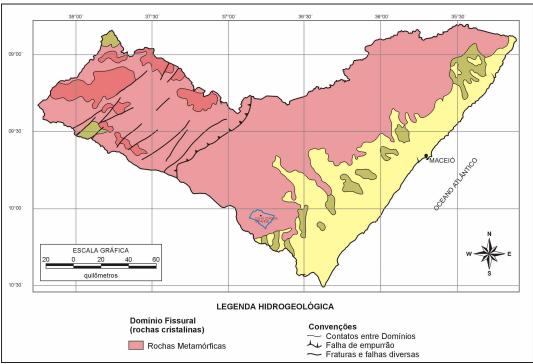


Figura 3 - Domínios Hidrogeol ágicos

6. DIAGN ÓSTICO DOS PO QOS CADASTRADOS

O levantamento realizado no município registrou a presença de oito pontos d'água, sendo duas fontes naturais e seis po cos tubulares, conforme mostra a figura 5.1.

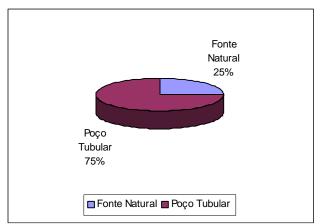


Figura 5.1 - Tipos de pontos d'água cadastrados no município

Com relação a propriedade do terreno onde estão localizados os pontos d'água cadastrados, podemos ter: terrenos públicos, quando o terreno for de serventia pública e; particular, quando for de uso privado. Conforme ilustrado na figura 5.2, existem dois pontos d'água em terreno público e quatro em terreno particular.

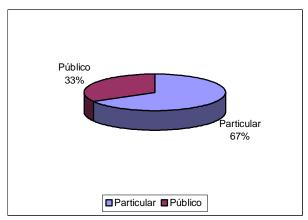


Figura 5.2 – Natureza da propriedade dos terrenos onde existem po cos tubulares.

Quanto ao tipo de abastecimento que se destina o uso da água, os pontos cadastrados foram classificados em: comunitários, quando atendem a várias famílias e; particular, quando atendem apenas ao seu proprietário. A figura 5.3 mostra que dois pontos d'água destinam-se ao atendimento comunitário e em quatro pontos a finalidade do abastecimento não foi definida.

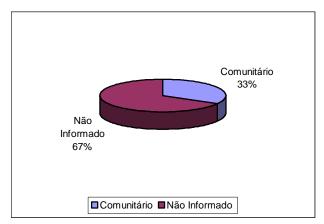


Figura 5.3 - Finalidade do abastecimento dos pocos.

Quatro situações distintas foram identificadas na data da visita de campo: po os em operação, paralisados, não instalados e abandonados. Os po os em operação são aqueles que funcionavam normalmente. Os paralisados estavam sem funcionar temporariamente devido a problemas relacionados à manutenção ou quebra de equipamentos. Os não instalados representam aqueles po os que foram perfurados, tiveram um resultado positivo, mas não foram ainda equipados com sistemas de bombeamento e distribuição. E por fim, os abandonados, que incluem po os secos e po os obstruídos, representam os po os que não apresentam possibilidade de produção.

A situação dessas obras, levando-se em conta seu caráter público ou particular, éapresentada em números absolutos no quadro 5.1 e em termos percentuais na figura 5.4.

Quadro 5.1 – Situação dos po cos cadastrados conforme a finalidade do uso

Natureza do Poço	Abandonado	Paralisado		
Comunit ário	-	-	2	
Indefinido	1	2	1	
Total	1	2	3	

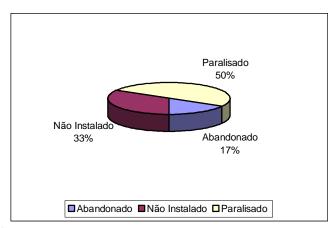


Figura 5.4 – Situação dos po cos cadastrados em percentagem

Em relação ao uso da água, 29% dos pontos cadastrados são destinados ao uso doméstico primário (água de consumo humano para beber); 57% são utilizados para uso doméstico primário e secundário (água de consumo humano para beber e uso geral); e em 14% para dessedentação animal, conforme mostra a figura 5.5.

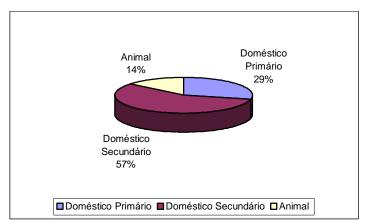


Figura 5.5 - Uso da água

A figura 5.6 mostra a relação entre os poços tubulares atualmente em operação e os poços passíveis de entrarem em funcionamento (paralisados e não instalados). Verifica-se que quatro poços particulares encontram-se não instalados ou paralisados, nenhum em operação. Com relação aos poços tubulares públicos, um poço encontra-se não instalado ou paralisado, podendo, entretanto vir a operar.

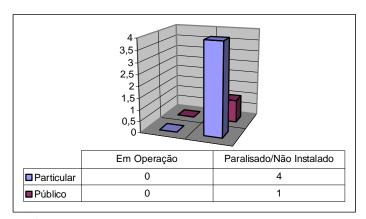


Figura 5.6 - Relação entre po cos em uso e desativados

Com relação à fonte de energia utilizada nos sistemas de bombeamento dos poços, a figura 5.7 mostra que um poço particular utiliza energia el étrica quanto o outro utiliza de outras fontes de energia. Quanto aos poços públicos dois operam com energia el étrica e nenhum utiliza outras fontes de energia.

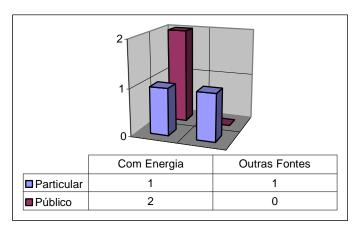


Figura 5.7 - Tipo de energia utilizada no bombeamento d'água

6.1 - Aspectos Qualitativos

Com relação a qualidade das águas dos pontos cadastrados, foram realizadas *in loco* medidas de condutividade el átrica, que éa capacidade de uma substância conduzir a corrente el átrica estando diretamente ligada com o teor de sais dissolvidos sob a forma de íons.

Na maioria das águas subterrâneas naturais, a condutividade el árica multiplicada por um fator, que varia entre 0,55 a 0,75, gera uma boa estimativa dos sáldos totais dissolvidos (STD) na água. Para as águas subterrâneas analisadas, a condutividade el árica multiplicada pelo fator 0,65 fornece o teor de sáldos dissolvidos.

Conforme a Portaria nº 1.469/FUNASA, que estabelece os padrões de potabilidade da água para consumo humano, o valor máximo permitido para os sdidos dissolvidos (STD) é 1000 mg/L. Teores elevados deste parâmetro indicam que a água tem sabor desagradável, podendo causar problemas digestivos, principalmente nas crianças, e danifica as redes de distribuição.

Para efeito de classificação das águas dos pontos cadastrados no município, foram considerados os seguintes intervalos de STD (S didos Totais Dissolvidos):

0	а	500 mg/L	água doce
501	а	1.500 mg/L	água salobra
;	>	1.500 ma/L	água salgada

Foram coletadas e analisadas amostras de água de quatro po cos tubulares. Os resultados das anáises mostraram valores oscilando de 228,80 e 1.976,00 mg/L., com valor mádio de 1.384,83 mg/L. Observando o quadro 5.2 e a figura 6, que ilustra a classificação das águas subterrâneas no município, verifica-se a predominância de água salgada em 75% dos po cos analisados.

Quadro 5.2 – Qualidade das águas subterrâneas no município conforme a situação do poço

Qualidade da água	Paralisado
Doce	1
Salina	3
Total	4

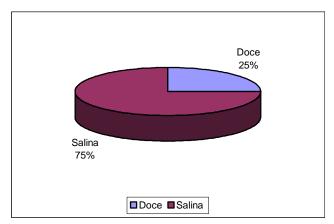


Figura 6 - Qualidade das águas subterrâneas do município.

7. CONCLUS ŒS E RECOMENDA ÇŒS

A anáise dos dados referentes ao cadastramento de pontos d'água executado no município permitiu estabelecer as seguintes conclusões:

 A situação atual dos poços tubulares existentes no município é apresentada no quadro 5.6 a seguir:

Quadro 5.3 - Situação atual dos pocos cadastrados no município.

Natureza do Poço	Abandonado	Em Opera ção	Não Instalado	Paralisado	Total	
Público	1	1	-	1	3	
Particular	-	1	2	2	5	
Indefinido	-	-	-	-	-	
Total	1	2	2	3	8	

Com base nas conclus ces acima estabelecidas podem-se tecer as seguintes recomendações:

- Os po cos desativados e não instalados deveriam entrar em programas de recuperação e instalação de po cos, visando o aumento da oferta de água da região;
- Po cos paralisados em virtude de alta salinidade, deveriam ser analisados com detalhe (vazão, an dise físico-química, nº de famílias atendidas, etc) para verificação da viabilidade da instalação de equipamentos de dessalinzação;
- Todos os po os deveriam sofrer manutenção periódica para assegurar o seu funcionamento, principalmente, em tempos de estiagens prolongadas;
- Para assegurar a boa qualidade da água, do ponto de vista bacteriológico, devem ser implantadas em todos os poços medidas de proteção sanitária tais como: selo sanitário, tampa de proteção, limpeza permanente do terreno, cerca de proteção, etc.

8. REFER ÊNCIAS BIBLIOGR ÁFICAS

ANU ÁRIO MINERAL BRASILEIRO, 2000. Brasília: DNPM, v.29, 2000. 401p.

BRASIL. MINIST ÉRIO DAS MINAS E ENERGIA. Secretaria de Minas e Metalurgia; CPRM – Serviço Geológico do Brasil [CD ROM] *Geologia, tectônica e recursos minerais do Brasil, Sistema de Informações Geográticas – SIG*. Mapas na escala 1:2.500.000. Brasília: CPRM, 2001. Disponível em 04 CD's

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Geografia do Brasil. Região Nordeste.* Rio de Janeiro: SERGRAF, 1977. Disponível em 1 CD

FUNDA ÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Mapas Base dos municípios do Estado de Alagoas.* Escalas variadas. In édito.

LEAL, José Menezes *Inventário hidrogeológico do Nordeste. Folha nº 20 – Aracaj ú NE.* Recife: SUDENE, 1970. 150p.

RODRIGUES E SILVA, Fernando Barreto; SANTOS, José Carlos Pereira dos; SILVA, Ademar Barros da et al [CD ROM] **Zoneamento Agroecológico do Nordeste do Brasil: diagnóstico e prognóstico**. Recife: Embrapa Solos. Petrolina: Semi-Árido, 2000. Disponível em 1 CD

Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea
Diagnóstico do Municí pio de Olho D' Água Grande
Estado de Alagoas

ANEXO 1

PLANILHA DE DADOS DAS FONTES DE ABASTECIMENTO

Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea Diagnóstico do Municí pio de Olho D' Água Grande Estado de Alagoas

Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea Diagnóstico do Municí pio de Olho D' água Grande – Estado de Alagoas

C ÓDIGO PO ÇO	LOCALIDADE	LATITUDE S	LONGITUDE W	PONTO DE ÁGUA	NATUREZA DO TERRENO	PROF. (m)	VAZ ÃO (L/h)	SITUA ÇÃO DO PO ÇO	EQUIPAMENTO DE BOMBEAMENTO	FONTE DE ENERGIA	FINALIDADE DO USO	STD (mg/L)
CU558	Sucupira	100506,1	364844,1	Poço Tubular	Publico	61,00	10000,00	Paralisado	Bomba Submersa	Monofásica	Comunitário	1573,00
CU559	Malicia	100357,0	364729,9	Poço Tubular	Particular			Não Instalado	Não Equipado			228,80
CU560	Malicia	100356,9	364729,7	Fonte Natural	Particular			Em Operação	Não Equipado		Comunitário	1781,00
CU561	Sitio Gravata	100205,0	364503,6	Poço Tubular	Particular	50,00		Paralisado	Cata-vento	Eólica		1976,00
CU562	Camarão	100038,1	364741,8	Poço Tubular	Particular	60,00		Paralisado	Bomba Injetora	Trifásica	Comunitário	1761,50
CU563	Olho D'água Pequeno	100246,6	365005,7	Poço Tubular	Publico			Abandonado	Não Equipado	Trifásica		
CU564	Sitio Olho D'água Pequeno	100305,5	364938,7	Fonte Natural	Publico	4,89		Em Operação	Bomba Centrifuga	Trifásica	Comunitário	499,20
CU565	Barra Dantas	100513,3	364528,4	Poço Tubular	Particular			Não Instalado	Não Equipado			

Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea Diagnóstico do Municí pio de Olho D' Água Grande Estado de Alagoas

ANEXO 2

MAPA DE PONTOS D ÁGUA